

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

ENTRE

A COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E ANIMAÇÃO CULTURAL, CRL.

(COFAC)

E

SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

(SDPM)

Primeiro Outorgante: COFAC - Cooperativa de Formação e Animação Cultural, Crl., pessoa colectiva número 501679529 (quinhentos e um milhões seiscentos e setenta e nove mil quinhentos e vinte e nove), registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número 471 (quatrocentos e setenta e um), com sede no Campo Grande, nº 376, em Lisboa, entidade titular da **ULHT** – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, da **ULP** – Universidade Lusófona do Porto, da **ESEAG** – Escola Superior de Educação Almeida Garrett, do **ISMAT** – Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, do **ISPO** – Instituto Superior Politécnico do Oeste e do **ISDOM** – Instituto Superior D. Dinis, representada neste acto por **Professor Doutor Dr. Manuel de Almeida Damásio** e **Dra. Maria da Conceição Ferreira Soeiro** na qualidade de Directores, adiante designada por **COFAC**,

Segundo Outorgante: Sindicato Democrático dos Professores da Madeira, pessoa colectiva nº511039840, com sede na Rua do Brasil n.º 49, S. Martinho, 9000-134, Funchal, neste acto representado pelo **Dr. Jaime Manuel Gonçalves de Freitas**, na qualidade de Presidente, adiante designado por Sindicato ou **SDPM**.

Prosseguindo o objectivo de proporcionar aos associados do **SDPM** e respectivos familiares, preparação científica e pedagógica de nível superior, a **COFAC** e o **SDPM** acordam pelo presente Protocolo prestar-se mútua colaboração, nos termos das cláusulas seguintes:



Cláusula 1ª

(Concessão de Benefício)

A COFAC concede aos associados do SDPM, aos seus cônjuges, ou a quem viva em condição análoga à dos cônjuges devidamente comprovada, e filhos, uma redução de 10% do valor da propina mensal relativa a todos os cursos ministrados na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, na Universidade Lusófona do Porto, na Escola Superior de Educação Almeida Garrett, no Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes, no Instituto Superior Politécnico do Oeste e no Instituto Superior D. Dinis.

Cláusula 2ª

(Excepções ao benefício)

1. Ficam excluídos deste Protocolo os cursos da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Saúde, da Faculdade de Ciências Aeronáuticas, da Faculdade de Educação Física e Desporto, da Faculdade de Medicina Veterinária e da Escola de Comunicação Artes e Tecnologias da Informação, nomeadamente as Licenciaturas em Animação Digital e Cinema Vídeo e Comunicação Multimédia e o Mestrado em Estudos Cinematográficos, assim como todos os cursos estabelecidos em associação ou parceria com outras entidades, sempre que os custos de formação não sejam da responsabilidade da COFAC.
2. A COFAC reserva-se o direito de decidir sobre a aplicação deste Protocolo a cursos que venham a ser criados em data posterior.

Cláusula 3ª

(Condições de atribuição do benefício)

1. O desconto previsto na cláusula anterior não tem aplicação a quaisquer outros pagamentos que aos alunos dos aludidos estabelecimentos de ensino sejam exigíveis, nomeadamente inscrição no curso, matrículas anuais, inscrições em cadeiras atrasadas, exames em segunda época e revisões de provas.
2. O desconto não será concedido caso o aluno não aprobe ao número de créditos suficientes para se considerar que teve aproveitamento, de acordo com o Regulamento em vigor.



Cláusula 4ª

(Requisitos para atribuição de benefício)

1. Para acederem ao desconto previsto na cláusula 1ª, os associados devem fazer prova da sua elegibilidade, através de declaração emitida pelos Serviços do SDPM, a entregar no estabelecimento de ensino no momento da matrícula no curso e novamente no acto de cada inscrição.
2. Os cônjuges e os filhos devem apresentar idêntica declaração com referência ao familiar que lhes permite usufruir da redução.
3. Sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro, os associados têm sete dias, a contar da data da matrícula ou inscrição, para deduzir o pedido de redução de propinas, em requerimento autónomo e acompanhado da referida declaração.
4. Os casos não previstos no presente Protocolo serão resolvidos subsidiariamente de acordo com o disposto no Regulamento de Acção Social a vigorar nos Estabelecimentos de Ensino que integram o “Grupo Lusófona” (Portugal).

Cláusula 5ª

(Proibição de acumulação de benefícios)

O benefício concedido aos destinatários do presente Protocolo fica sempre precludido em caso de fruição de benefício concedido por outra entidade, pública ou privada.

Cláusula 6ª

(Acções Conjuntas)

A COFAC e o Sindicato poderão preparar acções conjuntas de formação, qualificação e reciclagem, em moldes a acordar especificamente para cada situação.

Cláusula 7ª

(Divulgação)

Para prossecução dos objectivos enunciados o SDPM compromete-se a divulgar amplamente, junto dos seus associados, as condições expressas no presente acordo.

Cláusula 8ª

(Vigência)



1. O presente Protocolo produzirá os seus efeitos a partir desta data e durante o presente ano lectivo, podendo ser revisto, por acordo das partes, em anos lectivos subsequentes.
2. O presente Protocolo considera-se sucessivamente renovado por ano lectivo, caso não seja denunciado por qualquer dos Outorgantes.
3. A denúncia deverá ser feita por escrito, produzindo os seus efeitos no final do ano lectivo em curso à data da mesma.


Cláusula 9ª

(Foro)

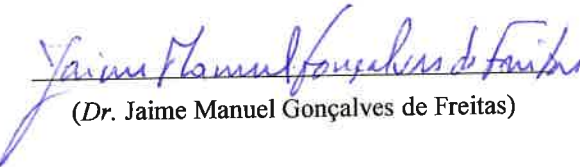
Ambos os outorgantes aceitam a arbitragem como forma de composição de qualquer litígio resultante do incumprimento do acima acordado, sendo competente para realização da arbitragem o Centro de Arbitragens Voluntárias da Ordem dos Advogados, com sede no Largo de S. Domingos, 14, Lisboa.

Feito em Lisboa, em duplicado, aos 11 de Fevereiro de 2011

**COOPERATIVA DE FORMAÇÃO E
ANIMAÇÃO CULTURAL, CRL.
(COFAC)**


(Professor Doutor Manuel de Almeida Damásio)

**SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DA MADEIRA
(SDPM)**


(Dr. Jaime Manuel Gonçalves de Freitas)


(Dra. Maria da Conceição Ferreira Soeiro)